

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Comissão de Saúde	
N.º Único	681/01 ^{CS}
Entrada/Saída n.º	381
Data	08/07/2021



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

Assunto: Requer a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde sobre a criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências

No passado dia 26 de junho assinalou-se o Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Droga. Nos últimos 20 anos o País deu passos muito significativos no combate ao consumo de drogas, com a aprovação da designada “Lei da Despenalização de Drogas”, que alterou o paradigma de intervenção nesta área, a criação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e a adoção de uma Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência, o que permitiu reduzir a mortalidade por overdose, reduzir o número de infeções de VIH/SIDA na população que consome drogas e reduzir os consumos problemáticos. O designado “modelo português”, foi amplamente reconhecido e valorizado a nível nacional e internacional. As políticas adotadas em Portugal foram objeto de interesse e estudo em todo o mundo.

Apesar de os resultados alcançados revelarem que o País prosseguia no caminho correto, o Governo PSD/CDS, decidiu avançar com o desmantelamento da estratégia nacional, com a extinção do Instituto da Droga e da Toxicodependência, e a subsequente dispersão da intervenção pelas Administrações Regionais de Saúde. Uma decisão política, sem qualquer fundamentação técnica e científica, contra a vontade dos intervenientes nesta área e que levou à desarticulação e à quebra de coerência na resposta pública.

Entretanto, seis anos depois da entrada em funções do Governo minoritário do Partido Socialista, já no segundo mandato, não houve qualquer alteração ao nível da estrutura orgânica na área dos comportamentos aditivos e das dependências, apesar do consenso existente, para a criação de uma estrutura única, dotada de autonomia administrativa, financeira e técnica para a resposta nesta área, que integre as diversas vertentes de ação, nomeadamente a dissuasão, a prevenção, a redução de riscos e minimização de danos, o tratamento, a reinserção associadas ao planeamento e à definição das orientações e estratégias de intervenção, permitindo assim uma maior articulação, integração e coerência na resposta pública.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Apesar de membros do Governo assumirem esse compromisso, a verdade é que até ao momento, não houve nenhum avanço nesse sentido, o que é preocupante, quando está identificado que a manutenção desta intervenção nas Administrações Regionais de Saúde não é solução para reforçar a resposta pública, defraudando as expectativas criadas.

O sumário executivo da Avaliação Externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (PNRCAD)2013-2020, de janeiro de 2021, faz um conjunto de recomendações que devem ser consideradas no próximo ciclo de planeamento. A primeira recomendação prende-se com a organização/estrutura do SICAD, designadamente:

“Ponderar a opção de voltar a integrar no âmbito do SICAD as estruturas locais/regionais do ex-IDT, IP (entretanto integradas nas ARS), como via para a obtenção de uma melhoria de eficácia e da redução dos custos.”

Refere que o PNRCAD 2013-2020 *“assenta nas mais avançadas abordagens de saúde pública a nível internacional” e destaca como aspetos positivos “o consenso alcançado em matéria de políticas públicas sobre CAD, que pode estar associado ao progressivo desaparecimento da agenda mediática e, conseqüentemente, social e política, dos problemas associados aos CAD”, o “reconhecimento internacional dos méritos da política portuguesa”, entre outros.*

Por outro lado, nos aspetos a melhorar, destaca: *“o facto da estrutura de coordenação não abranger todas as áreas governamentais contempladas no PNRCAD 2013-2020”, “o facto do Plano ter sido elaborado sob a visão de que o SICAD retomaria a responsabilidade sobre as atividades de intervenção direta junto dos cidadãos dos serviços públicos de proximidade”, e acrescenta que “o Plano foi construído para uma estrutura cuja cisão gerou dificuldades na implementação de medidas e obrigou a um maior esforço associado à coordenação repartida”.*

No País já não há dúvidas que o atual organização não dá a resposta necessária, tonando-se por isso, cada vez mais incompreensível que o Governo não tenha já revertido os erros do passado e que ainda não tenha procedido à criação de uma estrutura única na área dos comportamentos aditivos e das dependências, com o objetivo de voltar a dar coerência à estratégia de intervenção nesta área, integrando os serviços que estão sob a responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde.

Na apresentação da base da estrutura para o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030, realizada no passado dia 20 de abril, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde referiu-se à necessidade de um SICAD mais fortalecido para enfrentar os problemas que se colocam na área dos comportamentos aditivos e das dependências.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Um SICAD mais fortalecido passa pela criação de uma estrutura única com capacidade de resposta e de intervenção em todas as dimensões, com a integração dos serviços que atualmente se encontram sob a responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde e pelo reforço de trabalhadores nos Centros de Respostas Integradas, nas Unidades de Alcoologia, nas Unidades de Desabituação e nas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP requer a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, para prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação para a criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências.

Assembleia da República, 8 de julho de 2021

Os Deputados

Paula Santos

João Dias

INPA-65777-46XIV2GPPCP

